



Duarte Trigueiros

Professor Catedrático

Se a Universidade do Algarve deixasse de existir, era um mal para a região

Ensino superior: produzir o mesmo com metade do dinheiro?

A imprensa divulgou recentemente um estudo onde se demonstra que o ensino superior público português podia produzir o mesmo com metade do dinheiro.

O estudo foi encomendado pela Comissão Europeia a economistas do ISEG (Universidade Técnica de Lisboa). As conclusões baseiam-se na comparação entre o nível de produção do nosso ensino superior (em número de alunos formados e publicações científicas) e o que certos países conseguem com recursos semelhantes.

As conclusões do estudo são enganadoras porque falam de eficiência de uma forma simplista, omitindo custos e benefícios que deviam ser contabilizados; e são perigosas para o desenvolvimen-

to regional pois prestam-se a favorecer ainda mais o centro-litoral, Lisboa e Porto, à custa das regiões, como tantas vezes tem acontecido.

Dou aulas tanto na Universidade do Algarve, como no ISCTE em Lisboa. Se o ISCTE desaparecesse, o dano causado à região onde se insere era baixo. Isto porque Lisboa já possui em triplicado o que o ISCTE oferece. Pelo contrário, se a Universidade do Algarve deixasse de existir, era um mal para a região e mais uma limitação para quem cá vive.

A ineficiência que o estudo condena é quase uma condição com que as universidades e politécnicos mais periféricos têm que viver. Ela vem da falta de preparação dos alunos e docentes,

da falta de contactos e da falta de oportunidades (cursos, projectos, relações).

Em Lisboa, um professor nem precisa de se levantar da cadeira: as oportunidades vão ter com ele. Esse tal estudo, por exemplo, foi encomendado a Lisboa. Em Lisboa, há uma reserva quase inesgotável de alunos bons. Mas se uma universidade regional recusa os alunos mal preparados, fica sem abrir cursos, o que pode ser gravoso para a região. Lisboa é também para onde concorrem os jovens doutorados com potencial científico. Nas regiões ficam portanto os professores menos bons.

E se a qualidade escorre naturalmente para a capital, ela mantém-se lá por via da concorrência. Para atrair

alunos, o ISCTE tem que ser competitivo. Aqui, pelo contrário, muitos alunos quase não podem escolher a instituição onde querem estudar. E quanto aos professores, se alguém de Lisboa não produz, há 50 outros que lhe disputam o lugar. Aqui, uma instituição já está com sorte quando encontra doutorados com publicações.

A falta de concorrência leva também a que as pessoas não vejam no esforço uma garantia de progressão. Ser-se competente e trabalhador não chega para assegurar a segurança e o sucesso pessoais. Logo, em vez de investirem na sua valorização, as pessoas vão buscar a segurança de que precisam a patrimonos e a relações.

Quem vive nos grandes

centros urbanos não se apercebe de até que ponto a competência (e com ela o nível de eficiência que o estudo aponta), pode ser irrelevante numa região.

Tudo isto torna qualquer choque de eficiência (aquele que o estudo pressagia e os que já aconteceram) muito mais difícil de superar do que nas instituições dos grandes centros.

Em suma, o nível de eficiência que o estudo pede é, em boa medida, o resultado da dimensão, da concentração: vem daquilo que não existe nem nunca existirá nas regiões.

É fácil a um economista de Lisboa apontar tal nível como o objectivo a alcançar. Só que a lógica subjacente leva à desertificação.